

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala nº 304 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, reuniu-se, em sessão ordinária, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a presença dos seguintes membros: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, representante titular do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Antônio Carlos Biscaia, representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República e José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; a Procuradoria-Geral da República não indicou representante para esta reunião. Participaram também da Sessão servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta ata. O Presidente da Sessão, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação das Atas pendentes referentes ao exercício de 2006; 2) Apresentação da Ação do Programa Sistema Único de Segurança Pública - SUSP: Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede INFOSEG (Odécio Carneiro – Coordenador Nacional da Rede INFOSEG); 3) Apreciação do Projeto Interagir; 4) Apreciação de 05 projetos municipais e 65 projetos estaduais; 5) Autorização para aquisição direta de veículos (R\$ 6.035.920,00).

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o Presidente colocou em votação o item 1 da pauta. O representante do Ministério do Planejamento, Felipe, ponderou que, lamentavelmente, ainda não recebera manifestação de seu antecessor a respeito das atas pendentes, solicitando, mais uma vez, que a votação das atas pendentes fosse realizada na próxima reunião. O colegiado acatou o pedido do conselheiro.

Após, o Presidente esclareceu que na reunião anterior foram apresentadas ao Colegiado algumas ações do SUSP, contudo, por falta de tempo, a ação referente à rede INFOSEG não foi apresentada. Dito isto, convidou o servidor da SENASP, Odécio Rodrigues Carneiro, para expor a ação ao Conselho. O mencionado servidor destacou a importância da Rede INFOSEG; relatou os principais problemas encontrados na rede entre os anos de 2003/2004; a reestruturação da rede nos anos subsequentes, dando maior ênfase à situação atual da Rede, ocasião em que foram destacados os seguintes pontos: a regulamentação do INFOSEG; o percentual de usuários ativos; o que é e como funciona a plataforma nacional que integra todos os Estados da Federação e ainda mais de duzentos órgãos governamentais, os quais perpassam todos os poderes da República. Ressaltando também que integram a rede os países do Mercosul e que atualmente estão previstas as entradas da Bolívia e da Venezuela. Finalmente, o servidor destacou que a rede INFOSEG tornou-se uma ferramenta importantíssima porque tem subsidiado diversas ações de norte a sul do País, informando que diariamente são registradas mais de 120 mil consultas na rede. Na seqüência, foram esclarecidos os questionamentos feitos pelos conselheiros acerca do tema.

Dando prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra à servidora Juliana Márcia Barroso, para prestar esclarecimento acerca do Projeto Interagir, não colocado em votação na reunião anterior, haja vista os Conselheiros terem ponderado que não haviam recebido antecipadamente a Nota Técnica contendo o detalhamento do projeto. A Servidora informou que na Nota Técnica ora disponibilizada constavam todas as informações solicitadas e esclareceu dúvidas concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho que selecionou os títulos propostos. Após, informou o valor estimado para o projeto, R\$ 3.019.203,00 (três milhões, dezenove mil, duzentos e três reais), ressaltando que, em razão do volume de livros a ser adquirido, possivelmente, este valor reduzirá consideravelmente. Em seguida, o Presidente colocou o projeto em votação o qual foi aprovado por unanimidade.

Na seqüência, o Presidente convidou a servidora Cristina Gross Villanova para apresentar os projetos municipais. Antes, porém, o Conselheiro Felipe sugeriu que as apresentações dos projetos fossem por indicação dos Conselheiros porque os integrantes do Colegiado receberam antecipadamente o material referente aos projetos em pauta e por isto já haviam tomado conhecimento dos pleitos, não sendo, em seu entendimento,

necessário que os técnicos fizessem a apresentação individual dos projetos. O mesmo conselheiro ponderou que cabe aos Técnicos a análise detalhada dos projetos, por terem competência para isso e não o Colegiado, o qual deveria se dedicar às questões mais relevantes. O Conselheiro José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz declarou-se favorável à proposta porque também havia analisado o material enviado, sendo, em seu entendimento, conveniente o auxílio dos técnicos quando houver necessidade de esclarecimentos de eventuais dúvidas. O Presidente declarou que também concordava que o Conselho deveria debater temas mais relevantes e atuais de segurança pública, bem como propôr novas políticas públicas. O Presidente fazendo alusão a fatos ocorridos em reuniões anteriores, declarou que na condição de Presidente do Conselho, gostaria de esclarecer que em nenhum momento deixou de respeitar o posicionamento dos Conselheiros ou tentado impor formas de trabalho, ponderando que, desde que haja consenso, as sugestões serão sempre acatadas. O Conselheiro Antônio Carlos Biscaia afirmou que para ele é de fundamental importância o cuidado absoluto com os recursos públicos e que por isto sempre busca modos de trabalho que possam ajudar de alguma maneira na exaço do controle do gasto público. O mesmo Conselheiro, informou que acompanha o trabalho dos técnicos da SENASP e tudo tem sido feito com absoluto critério e correção. Dito isto, o Presidente questionou se todos os Conselheiros concordavam com a sistemática proposta. Com a aquiescência de todos decidiu-se que no âmbito de cada ação os conselheiros apontariam suas dúvidas, ficando os projetos não mencionados aprovados.

Assim sendo, foram aprovados por unanimidade os projetos municipais abaixo relacionados, sem que houvesse a necessidade de apontamentos específicos.

	UF	PROJETO		VALOR (Concedente)		
		Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	Caruaru-PE	003407/2007-47	Caruaru na Palma da Mão	130.045,00	207.300,00	337.345,00
2	Caxias do Sul-RS	002306/2007-59	Saúde, Segurança e Proteção	85.630,00	41.423,04	127.053,04
3	Luziânia-GO	001626/2006-19	Segurança Comunitária do Jardim Mingone	102.059,10	87.160,00	189.219,10
4	Maceió-AL	001630/2006-79	Difusão da Filosofia de Policiamento Comunitário na Guarda Civil Municipal de Maceió	398.440,00	171.520,00	569.960,00
5	Mariana-MG	004149/2007-16	Modernização e Estruturação da Guarda Municipal de Mariana	196.240,00	83.040,00	279.280,00
				912.414,10	590.443,04	1.502.857,14

Na seqüência, o Colegiado aprovou por unanimidade os projetos da ação denominada Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional sem qualquer objeção.

	UF	PROJETO		VALOR (Concedente)		
		Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	PA	003748/2007-12	Capacitação continuada em Segurança Pública	461.000,00	242.882,18	703.882,18
2	TO	004153/2007-84	Aperfeiçoamento para Integrantes da Polícia Técnico-Científica (Peritos Criminais, Papioscopistas e Auxiliar de Autópsia)	49.276,80	0,00	49.276,80
3	TO	004150/2007-41	Ampliação do Laboratório de Informática da AESP-TO e Melhorias nas Salas de Aula	0,00	54.929,70	54.929,70
4	TO	004151/2007-95	Estruturação do Centro de Valorização do Servidor da SSP-TO	0,00	9.328,05	9.328,05
5	TO	004152/2007-30	Realização de Cursos de Aperfeiçoamento para Policiais Civis	72.723,20	0,00	72.723,20
TOTAL				583.000,00	307.139,93	890.139,93

No âmbito da ação denominada Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais foram aprovados os projetos a seguir destacados. Consigna-se, entretanto, a manifestação do Conselheiro Carlos Humberto Oliveira que declarou ter proferido voto favorável a estes projetos porque são referentes a reformas e adaptações, ponderando que nos casos de projetos para obras de construção sua posição sempre será contrária até a votação da lei, em tramitação no Congresso Nacional, que disciplinará esta questão:

PROJETO				VALOR (Concedente)		
	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	AP	004189/2007-68	Implementação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Policiais	57.640,00	144.103,91	201.743,91
2	BA	003977/2007-37	Modernização do Instituto de Identificação Pedro Mello do Departamento de Polícia Técnica/BA	0,00	159.062,87	159.062,87
3	BA	003979/2007-26	Recuperação das Instalações Físicas da PM/BA	0,00	375.931,73	375.931,73
4	CE	003654/2007-43	Implantação e Modernização das Estruturas Físicas de Unidades do Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará	135.140,00	312.099,49	447.239,49
5	RO	004132/2007-69	Modernização das Estruturas Físicas da Diretoria de Ensino	73.140,00	177.703,03	250.843,03
6	RS	001690/2007-72	Reforma de prédio para instalação da Academia Integrada de Segurança Pública-ACISP	0,00	5.072.417,66	5.072.417,66
				533.760,71	5.973.477,98	6.507.238,69

No contexto dos projetos da ação Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança foram solicitados esclarecimentos acerca da incompatibilidade verificada entre os dados constantes na tabela de apresentação de projetos e a respectiva nota técnica do projeto, tendo o responsável pela ação, o servidor João Francisco Goulart dos Santos, esclarecido que as falhas encontradas tratavam-se de equívocos e/ou erros de digitação, destacando que os projetos com informações divergentes estavam à disposição dos Conselheiros para averiguações. Após estes esclarecimentos, o Presidente declarou os projetos desta ação aprovados por unanimidade.

PROJETOS ESTADUAIS				VALOR (Concedente)		
Nº.	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	AC	003665/2007-23	Reaparelhamento das Unidades da Polícia Militar/AC (Emenda Parlamentar)	0,00	216.000,00	216.000,00
2	AC	003670/2007-36	Reaparelhamento das Unidades da Polícia Civil/AC (Emenda Parlamentar)	0,00	216.000,00	216.000,00
3	AC	003667/2007-12	Reaparelhamento das Unidades do Corpo de Bombeiros Militar/AC (Emenda Parlamentar)	0,00	215.240,76	215.240,76
4	AP	004101/2007-16	Reaparelhamento da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros (Emenda Parlamentar)	0,00	618.000,00	618.000,00
5	AL	003573/2007-43	Aquisição de Viaturas para Secretaria da Defesa Social de Alagoas (Emenda Parlamentar)	0,00	909.000,00	909.000,00
6	AL	003574/2007-98	Reaparelhamento dos Órgãos da Secretaria da Defesa Social de Alagoas	82.719,00	424.957,50	507.676,50

7	AM	004304/2007-02	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (Emenda Parlamentar)	0,00	225.000,00	225.000,00
8	BA	003975/2007-48	Reaparelhamento da Polícia Civil da Bahia (Emenda Parlamentar)	0,00	657.000,00	657.000,00
9	BA	003976/2007-92	Fortalecimento do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia (Emenda Parlamentar)	0,00	657.000,00	657.000,00
10	BA	004335/2007-55	Reaparelhamento das Unidades de Policiamento Preventivo (Emenda Parlamentar)	0,00	657.000,00	657.000,00
11	CE	003652/2007-54	Reaparelhamento da Segurança Pública no Interior do Estado do Ceará com a Implantação do Programa Ronda do Quarteirão (Emenda Parlamentar)	0,00	14.500.000,00	14.500.000,00
12	CE	003660/2007-09	Reaparelhamento da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Emenda Parlamentar)	0,00	1.548.000,00	1.548.000,00
13	CE	003653/2007-07	Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública do Estado do Ceará	140.868,00	723.690,00	864.558,00
14	ES	004123/2007-78	Padronização do Parque de Impressão da Polícia Militar do Espírito Santo (Emenda Parlamentar)	0,00	239.904,00	239.904,00
15	ES	004124/2007-12	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo (Emenda Parlamentar)	0,00	243.929,84	243.929,84
16	ES	004121/2007-89	Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social/ES	62.700,40	334.572,00	397.272,40
17	MA	004274/2007-26	Reaparelhamento da Polícia Civil do Estado do Maranhão (Emenda Parlamentar)	0,00	355.410,00	355.410,00
18	MA	004277/2007-60	Revitalização do Policiamento Ostensivo Preventivo Motorizado da Região Metropolitana de São Luís (Emenda Parlamentar)	0,00	355.410,00	355.410,00
19	MA	004276/2007-15	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão (Emenda Parlamentar)	0,00	355.410,00	355.410,00
20	MA	004273/2007-81	Reaparelhamento do Esquadrão Águia do Batalhão de Emissões Especiais: Policiamento Tático com Motocicletas	97.779,96	503.325,10	601.105,06
21	MS	003817/2007-98	Reaparelhamento das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiro Militar (Emenda Parlamentar)	0,00	732.000,00	732.000,00
22	MS	003815/2007-07	Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos da Segurança Pública	66.500,00	342.099,00	408.599,00
23	MG	004173/2007-55	Reaparelhamento das Delegacias Regionais de Polícia Civil de Minas Gerais (Emenda Parlamentar)	0,00	636.000,00	636.000,00
24	PA	003259/2007-61	Interiorização da ROCAM - Ronda Ostensiva com apoio de Motocicleta em Castanhal e Reaparelhamento do 5o. Batalhão de Polícia Militar (Emenda Parlamentar)	0,00	500.000,00	500.000,00
25	PA	003260/2007-95	Interiorização da ROCAM - Ronda Ostensiva com apoio de Motocicletas em Santa Izabel e Reaparelhamento do 12o. BMP (Emenda Parlamentar)	0,00	100.000,00	100.000,00
26	PA	003261-2007-30	Interiorização da ROCAM - Ronda Ostensiva com apoio de Motocicletas em Jacundá e Reaparelhamento da Companhia Independente de Polícia Militar de Jacundá (Emenda Parlamentar)	0,00	140.000,00	140.000,00

27	PB	003983/2007-94	Reaparelhamento da Polícia Civil (Emenda Parlamentar)	0,00	177.000,00	177.000,00
28	PB	003982/2007-40	Reaparelhamento da Polícia Militar (Emenda Parlamentar)	0,00	177.000,00	177.000,00
29	PB	003981/2007-03	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros (Emenda Parlamentar)	0,00	177.000,00	177.000,00
30	PB	003984/2007-39	Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública	48.321,00	248.242,50	296.563,50
31	PE	003679/2007-47	Reaparelhamento da Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Pernambuco (Emenda Parlamentar)	0,00	1.679.598,00	1.679.598,00
32	PI	004192/2007-81	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar	0,00	220.441,11	220.441,11
33	PI	004191/2007-37	Ampliação da Capacidade Operacional dos Órgãos de Segurança	0,00	1.987.721,94	1.987.721,94
34	RN	003650/2007-65	Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública - PC - PM - CBM (Emenda Parlamentar)	0,00	924.000,00	924.000,00
35	RN	004000/2007-37	Modernização dos Órgãos de Segurança Pública	484.050,21	530.607,48	1.014.657,69
36	RS	004291/2007-63	Reaparelhamento da Brigada Militar	100.573,20	516.681,00	617.254,20
37	RS	004293/2007-52	Implementação do Macroprocesso Gerir Atividades de Apoio do Programa de Modernização e Melhoria da Gestão Pública (Reaparelhamento da PC do RS)	67.048,80	344.454,00	411.502,80
38	RS	004292/2007-16	Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública (Emenda Parlamentar)	0,00	1.842.000,00	1.842.000,00
39	RR	003704/2007-92	Reaparelhamento: Polícia Corpo de Bombeiros Militar (Emenda Parlamentar)	0,00	162.000,00	162.000,00
40	SC	003937/2007-95	Projeto Piloto para Incremento do Emprego de Armas Não-Letais	21.434,88	71.711,40	93.146,28
41	SC	003940/2007-17	Modernização do Instituto de Criminalística/IC do Instituto Geral de Perícia/SC	0,00	72.000,00	72.000,00
42	SC	003949/2007-10	Modernização do Parque de Informática e de rádio comunicação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina	0,00	80.000,00	80.000,00
43	SE	003914/2007-81	Modernização e Reaparelhamento de Unidades do Sistema Estadual de Segurança Pública: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar (Emenda Parlamentar)	0,00	704.491,73	704.491,73
44	SE	003888/2007-91	Reestruturação de Órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública - Disque-Denúncia, IML e COE/PMSE	63.966,30	329.636,99	393.603,29
45	TO	004147/2007-27	Reaparelhamento da Companhia Independente de Operações (Emenda Parlamentar)	0,00	244.000,00	244.000,00
46	TO	004158/2007-15	Aquisição de Viaturas Policiais para as Unidades Policiais Cíveis da Capital/TO (Emenda Parlamentar)	0,00	244.000,00	244.000,00
47	TO	004180/2007-57	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Tocantins (Emenda Parlamentar)	0,00	243.993,52	243.993,52
48	TO	004156/2007-18	Aquisição de Equipamentos de Proteção e Segurança para as Unidades Policiais Cíveis de Tocantins	33.305,76	0,00	33.305,76

49	TO	004144/2007-93	Reaparelhamento e Modernização da Polícia Militar do Tocantins	33.306,00	121.105,00	154.411,00
50	TO	004157/2007-62	Reaparelhamento dos órgãos e Modernização da Polícia Militar do Tocantins		122.337,45	122.337,45
				1.302.573,51	37.624.970,32	38.927.543,83

Os projetos referentes à ação Implantação de Projetos de Prevenção da Violência, a seguir listados, foram aprovados por unanimidade sem qualquer questionamento.

PROJETO				VALOR (Concedente)		
	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	AC	003671/2007-81	Campanha Integrada de Prevenção da Violência Intra-Familiar no Acre	216.015,00	108.000,00	324.015,00
2	AL	003576/2007-87	Polícia Traz Cinema	303.000,00	151.500,00	454.500,00
3	BA	003968/2007-46	Polícia Ensina	676.199,34	236.620,73	912.820,07
4	RS	004294/2007-05	Aquisição de Armas não-letais para utilização na Polícia Civil	13.230,00	60.103,53	73.333,53
5	RS	004295/2007-41	Programa de Prevenção à Violência da Polícia Civil	293.742,65	93.179,38	386.922,03
				1.502.186,99	649.403,64	2.151.590,63

Finda a apresentação dos projetos e antes de iniciar o último ponto da pauta, o Presidente declarou que gostaria de discutir rapidamente com o conselho alguns assuntos, os quais possivelmente deverão ser discutidos mais detalhadamente no próximo exercício. O Presidente inicialmente afirmou que os pontos a serem destacados deverão ser pensados, avaliados, discutidos pelo Conselho e em alguns casos a SENASP deverá ser ouvida para que o Conselho possa avançar em relação a diversas orientações no que concerne à execução do Fundo Nacional de Segurança Pública. O Presidente destacou que tem percebido que algumas preocupações e recomendações têm sido postas no Conselho, como por exemplo: o valor da contrapartida dos Estados e/ou Municípios, o financiamento de materiais de consumo e de mobiliários. Neste ponto, o Presidente propôs a realização de estudo com o objetivo de verificar até que ponto é efetivo o financiamento desse tipo de material pelo governo federal. Ponderando que é conhecedor de que a realidade dos Estados é muito dura e em muitos casos a situação é crítica, contudo o Fundo poderia ser utilizado como um instrumento para induzir os Estados a uma política de segurança pública um pouco mais efetiva e voltada para resultados mais concretos. O Presidente sugeriu que futuramente fosse discutido o financiamento ou um percentual do Fundo para os corpos de bombeiros, destacando que é sabido que essa instituição é carente e merecedora de atenção por parte do Governo, mas em razão da restrição orçamentária do Fundo, poderá ocorrer, momentaneamente, a priorização de uma instituição mais do que outra. Dito isto, o Presidente ponderou que ainda não estava fazendo nenhuma proposta neste sentido, apenas estava tentando colocar que alternativas devem ser buscadas para que o apoio do Fundo seja centralizado em questões que tragam resultados mais impactantes para a segurança pública. O Presidente argumentou que em cada reunião poderia ser feito um debate temático com a SENASP sobre: bombeiros, guarda municipal, percentual de contrapartida, gastos de custeio, dentre outros temas, com isto o Conselho poderia emitir uma série de recomendações a SENASP para elaboração dos projetos no próximo ano. Finalmente, o Presidente declarou que sua intenção, nesta reunião, não era entrar nos assuntos e sim propôr discussões para as próximas reuniões. Em seguida, o Presidente declarou que a palavra estava aberta para os Conselheiros que quisesse dar alguma sugestão ou idéia sobre o proposto. O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira ressaltou que nos anos anteriores o Conselho tem sido demandado para deliberar apenas sobre os projetos e não tem tido tempo para discutir assuntos mais relevantes. O mesmo conselheiro destacou que tem

observado que alguns projetos que passam pelo Conselho não refletem nenhuma visão de prioridade. Destacou ainda que uma outra situação preocupante é que alguns Estados apresentam projetos mais sofisticados do que outros. Em razão disto, o conselheiro sugeriu que o Ministério da Justiça atue de forma mais sistemática via Internet divulgando a todos os Estados todas as possibilidades de demandas, porque o Fundo não pode equipar os Estados mais ricos e, por conseguinte mais informados, em detrimento dos mais pobres. Os demais Conselheiros concordaram que é de fundamental importância o colegiado não só repensar o apoio a ser dado pelo Fundo como também propôr novas formas de atuação no próximo exercício. Por fim, o Conselheiro José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz declarou que achava preocupante o fato de vários Estados não atualizarem os bancos de dados na Rede INFOSEG e propôs que o Conselho fizesse uma recomendação, na qual constassem que o Estado que não atualizasse o sistema não poderia captar recurso do Fundo. Dito isto, o Conselheiro Sidnei Borges Fidalgo informou que nas cláusulas obrigatórias do termo de convênio há um item que obriga o convenente a manter atualizada a Rede INFOSEG.

Por fim, o Colegiado aprovou a aquisição direta de viaturas para os órgãos de segurança, no valor de R\$ 6.035.920,00 (seis milhões, trinta e cinco mil, novecentos e vinte reais), no âmbito da ação Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública. Após, a servidora Cristina Gross Villanova informou ao Colegiado que no ano de 2006 o Conselho aprovou, no âmbito dos projetos municipais, a aquisição direta para compra de veículos, porém algumas aquisições não foram realizadas porque o aumento de limite orçamentário ocorreu após a expiração da vigência das atas de registro de preços, o que inviabilizou o cumprimento da decisão do Conselho Gestor. Em razão disto, no exercício de 2007, o Ministério da Justiça realizou um novo registro de preços para veículos, portanto, os pleitos municipais pendentes foram adequados aos modelos e aos valores expressos no novo instrumento (Registro de preços nº 095/2007). Todavia, tal medida torna obrigatória uma nova autorização do Conselho Gestor para as demandas reajustadas que perfazem um total de R\$ 1.555.500,00 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais). Dito isto, o Presidente colocou em votação o pleito que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezenove horas e trinta minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

Presidente do CGFNPS

Ministério da Justiça

Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Casa Civil da Presidência da República

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Procuradoria-Geral da República